



GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO PÚBLICA



CONCURSO PÚBLICO

CARGO:
DELEGADO DE POLÍCIA

NÍVEL SUPERIOR

TURNO: TARDE

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e no seu caderno de textos definitivos da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
Não se aprende bem senão pela experiência.
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos da prova discursiva para o caderno de textos definitivos da prova discursiva.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.



OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **noções de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 15

Colonialismo

1 Se, durante os séculos XVI a XVIII, os interesses comerciais europeus haviam levado países como Portugal, Espanha, França e Inglaterra a explorar economicamente o continente americano, no século XIX foi a busca por novos mercados consumidores e por matérias-primas de baixo custo, em decorrência da Revolução Industrial, o que levou as nações europeias a voltarem-se para as regiões da África e da Ásia. Foi, portanto, durante o século XIX e início do século XX, que assistimos à dominação política e econômica de países considerados economicamente subdesenvolvidos pelas grandes potências da Europa.

4 A França foi a pioneira na dominação do continente africano. A Inglaterra, no entanto, consagrada como grande potência marítima desde a queda de Napoleão, rapidamente assumiu a liderança da colonização.

7 Alemanha, Itália, Espanha, Portugal e Bélgica também empreenderam áreas de dominação no continente. Chegaram a estabelecer regras de partilha para a ocupação de novos territórios na costa ocidental africana a partir de meados da década de 80 do século XIX, por meio da resolução firmada entre os países europeus durante a Conferência de Berlim.

10 Na Ásia, a Inglaterra adotou uma política empenhada na conquista da Índia, que passou ao seu domínio após a Guerra dos Cipayos (1857-1858). Como garantiam o domínio sobre a Índia, os ingleses não se opuseram à penetração francesa na Ásia, particularmente no território da Indochina. Embora o Leste Asiático tenha se mantido independente, a China (com a Primeira Guerra do Ópio, de 1839 a 1842) e o Japão (com a ameaça naval do Comodoro Perry, em 1854) foram obrigados a abrir seus portos aos europeus, dando-lhes diversas vantagens comerciais. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, a China se via imersa em uma crise política. Vários territórios asiáticos e africanos sofriam influência inglesa e francesa, e a Coreia havia sido anexada pelo Japão em 1910 — país que, a partir dos anos 30 do século XX, aumentou consideravelmente seu poder sobre o continente.

13 Após a Segunda Guerra Mundial, os movimentos nacionalistas e independentistas que vinham se firmando desde o período entre-guerras ganharam força tanto na África quanto na Ásia. A luta contra o colonialismo britânico na Índia de Gandhi, com o movimento de resistência passiva não violenta, terminou com a independência, em 1947, mas foi seguida de violentos conflitos étnicos, principalmente em virtude de diferenças religiosas entre hinduístas e muçulmanos. A ocupação japonesa na Ásia favorecia a manifestação do nacionalismo, ao mesmo tempo em que as ideias revolucionárias de Marx e Engels ganhavam força.

16 O processo que levou à partilha colonial de regiões africanas e asiáticas, criando países fictícios, culminou em longas batalhas por independência. Gerou, também, como consequência, movimentos separatistas, conflitos étnicos e religiosos, e guerras civis, com reflexos que perduram até os dias de hoje.

Internet: <<http://acervo.estadao.com.br>> (com adaptações).

Com relação ao sentido e aos aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 1 Na linha 19, o deslocamento do vocábulo “tanto” para imediatamente antes da forma verbal “ganharam” manteria a correção gramatical e o sentido original do texto.
- 2 A conjunção “Embora”, em “Embora o Leste Asiático tenha se mantido independente” (ℓ.13), poderia ser corretamente substituída por **Apesar de**, feitas as devidas alterações na forma verbal “tenha”.
- 3 A vírgula empregada logo depois do trecho “Após a Segunda Guerra Mundial” (ℓ.18) poderia ser suprimida, sem prejuízo da correção gramatical do texto.
- 4 Na linha 6, a palavra “consagrada” estabelece relação de concordância com a palavra “Inglaterra”.
- 5 Na linha 18, o trecho “os movimentos nacionalistas e independentistas” exerce a função de sujeito da locução verbal “vinham-se firmando”.
- 6 Infere-se do texto que os mesmos países europeus que haviam colonizado a América foram os responsáveis pela colonização da África, mas não pela da Ásia.
- 7 De acordo com o texto, o processo de independência da Índia foi pacífico.
- 8 O trecho “criando países fictícios” (ℓ.23) poderia, sem prejuízo do sentido original do texto, ser substituído por **dando origem a países que passaram a existir por convenção**.
- 9 Na linha 5, o termo “pelas grandes potências da Europa” exerce a função de agente da passiva da oração cujo núcleo é “subdesenvolvidos”.
- 10 O elemento “pelo”, em “a Coreia havia sido anexada pelo Japão” (ℓ.16), poderia ser corretamente substituído por **ao**.
- 11 A locução verbal “vinham se firmando” (ℓ.18) poderia ser substituída, mantendo-se o sentido original e a correção gramatical do texto, por **tinham se firmado**, como no par **vêm se firmando/têm-se firmado**.

Cada um dos itens a seguir apresenta uma proposta de reescrita de trechos do texto, indicado entre aspas, que deve ser julgada certa se estiver gramaticalmente correta e mantiver o sentido do texto, ou errada, em caso contrário.

- 12 “Gerou, também, como consequência, movimentos separatistas, conflitos étnicos e religiosos, e guerras civis, com reflexos que perduram até os dias de hoje.” (ℓ.24-25): Em consequência, deu origem, ainda, a movimentos de separação, conflitos étnicos e religiosos e guerras civis, cujos reflexos ainda perduram.
- 13 “a busca por novos mercados consumidores e por matérias-primas de baixo custo, em decorrência da Revolução Industrial, o que levou as nações europeias a voltarem-se para as regiões da África e da Ásia” (ℓ.2-4): a procura de novos mercados de consumidores e de matérias-primas a baixo custo causado pela Revolução Industrial levaram as nações europeias a voltarem-se para a África e a Ásia
- 14 “A França foi a pioneira na dominação do continente africano. A Inglaterra, no entanto, consagrada como grande potência marítima desde a queda de Napoleão, rapidamente assumiu a liderança da colonização.” (ℓ.6-7): A França foi a primeira a dominar a África, mas a Inglaterra, dedicada a ser a grande potência dos mares, desde que a Napoleão caísse, passou a liderar a colonização.
- 15 “Como garantiam o domínio sobre a Índia, os ingleses não se opuseram à penetração francesa na Ásia” (ℓ.12): Porque garantiam o domínio da Índia, a Inglaterra não se posicionou contra a presença francesa na Ásia

1 O filme **Branca de Neve e o Caçador** deveria chamar-se “Ravenna, a rainha má”. Interpretada pela atriz Charlize Theron, a mãe-madrasta-bruxa da princesa é o mais interessante do filme, assim como as questões tão atuais que ela nos traz. E a bela Charlize faz uma rainha inesquecível. Para não envelhecer, essa vilã dos contos de fadas ultrapassa todos os limites e quebra todos os interditos. Uma mulher da era a.CP (antes da cirurgia plástica), Ravenna suga a alma, a juventude e a beleza das adolescentes e devora corações puros, que arranca com suas unhas, enquanto chafurda na amargura. O filme, para quem não sabe e não viu, busca resgatar o conteúdo terrorífico das origens dos contos de fadas. Tudo o que hoje se conhece com esse nome foi um dia histórias para adultos, nas quais canibalismo e incesto eram ingredientes garantidos. Mantidas vivas pela tradição oral dos camponeses medievais, as histórias eram contadas para entreter, mas não só. Os contos nasceram e permaneceram como uma forma de lidar com os riscos da vida real, em um tempo em que os lobos uivavam do lado de fora e também do lado de dentro, menos contidos pela cultura do que hoje.

Depois, a partir do final do século XVII, com Charles Perrault, culminando no século XIX, com os Irmãos Grimm, os contos foram compilados, escritos e depurados como histórias para crianças. Nós, que nascemos no século XX, fomos alimentados por versões muito mais suaves e palatáveis a uma época sensível, em que os pequenos são vistos como o receptáculo tanto da inocência quanto do futuro, que, portanto, precisam ser protegidos dos males do mundo e de seus semelhantes, assim como convencidos de que sua “natureza” é boa e pura. Ainda que conheçamos, por experiência própria, que o pior também nos habita desde muito, muito cedo. E seria melhor para todos — e também para a vida em sociedade — poder olhar para ele de frente.

Elaine Brum. Internet: <<http://revistaepoca.globo.com>> (com adaptações).

Com referência ao texto antecedente, julgue os itens a seguir.

- 16 Em “e não viu” (ℓ.11), seriam mantidos a correção gramatical e o sentido original do período caso o pronome **o** fosse inserido imediatamente antes de “viu”, caso em que retomaria o antecedente “O filme” (ℓ.11).
- 17 A retirada das vírgulas que isolam a oração “que nascemos no século XX” (ℓ.24) prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 18 Sem prejuízo do sentido original do texto, o período “E seria melhor para todos — e também para a vida em sociedade — poder olhar para ele de frente” poderia ser reescrito da seguinte forma: E seria melhor para que todos pudessem olhar para ele de frente, inclusive para que se vivesse em sociedade.
- 19 O pronome “que” (ℓ.4) refere-se a “Charlize Theron” (ℓ.3).
- 20 A preposição “Para” (ℓ.6), que expressa uma ideia de finalidade, poderia ser corretamente substituída por **Com o intuito de** ou por **A fim de**.
- 21 O texto classifica-se como dissertativo.
- 22 A forma verbal “chafurda” (ℓ.10) está empregada, no texto, em sentido denotativo.
- 23 Depreende-se do texto que os lobos eram, na Idade Média, animais domésticos, que habitavam “também do lado de dentro” (ℓ.19-20).
- 24 Os trechos “chamar-se” (ℓ.2) e “se conhece” (ℓ.13) poderiam ser corretamente substituídos por **ser chamado** e **é conhecido**, respectivamente.
- 25 O texto defende que reconhecer que a natureza humana não é apenas “boa e pura” seria melhor para a sociedade.

Com base no **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os itens a seguir, que tratam da adequação da linguagem empregada na redação de correspondências oficiais da administração pública.

- 26 A formalidade de tratamento está vinculada à uniformidade, à polidez e à civilidade.
- 27 Em decorrência da finalidade dos expedientes oficiais de prestar informações claras e objetivas aos cidadãos e, quanto aos atos oficiais, de regular o funcionamento dos órgãos e entidades públicos e estabelecer regras de conduta social, é imprescindível que a linguagem adotada nos documentos oficiais seja facilmente compreensível por todos.
- 28 O uso do padrão culto nos atos e comunicações oficiais deve atender à finalidade do documento redigido, razão pela qual, na elaboração de documentos da administração pública, deve-se primar pelo emprego do jargão burocrático, próprio à natureza desses expedientes.
- 29 A redação de documentos oficiais deve obedecer a determinadas regras formais, tais como impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem e formalidade de tratamento.

Julgue os seguintes itens, relativos ao formato e à adequação da linguagem das comunicações oficiais, com fundamento no **Manual de Redação da Presidência da República**.

- 30 Em comunicações oficiais, a linguagem técnica deve ser empregada apenas em situações que a exijam, devendo ser evitado seu uso indiscriminado, a fim de se garantir a máxima clareza e concisão.
- 31 Considere o seguinte trecho de um memorando.

Memorando 001/PCAL
Em 12 de setembro de 2012.

Ao Sr. Chefe do Departamento de Investigações Criminais

Assunto: Instauração de inquérito policial

Para que o documento esteja correto, é necessário substituir-se “Ao Sr. Chefe do Departamento de Investigações Criminais” por Senhor Chefe, empregando-se uma vírgula logo após essa expressão, que deve ser deslocada para depois do campo “Assunto”.

- 32 É proibido o emprego do correio eletrônico nas comunicações oficiais, em face de seu caráter informal, que não atende às características precípua da redação oficial, quais sejam, necessária formalidade, padronização e impessoalidade.
- 33 Nos documentos que seguem o padrão ofício, deve constar o campo assunto.
- 34 Em uma correspondência oficial enviada por determinada entidade da administração pública indireta ao presidente do Congresso Nacional, para tratar de assuntos de relevante interesse público, deve-se empregar o vocativo “**Senhor**”, acompanhado do cargo respectivo, escrevendo-se **Senhor Presidente do Congresso Nacional**.
- 35 Caso o chefe do setor de comunicação social de uma autarquia federal vinculada a determinado ministério queira comunicar-se com o ministro de Estado respectivo, para tratar de assunto de interesse público, o documento oficial a ser por ele utilizado para esse fim será a mensagem, cujo fecho deverá conter a expressão **Respeitosamente**, por se dirigir a autoridade hierarquicamente superior.

A respeito de conceitos básicos relacionados à informática e dos modos de utilização das tecnologias de informação, julgue os itens que se seguem.

- 36 Os *mainframes*, computadores com alta capacidade de armazenamento de dados, têm baixa capacidade de memória, não sendo indicados para o acesso simultâneo de diversos usuários.
- 37 Em computação, os periféricos são dispositivos por meio dos quais os computadores recebem informações (entradas) e geram informações (saídas).
- 38 A memória RAM (*random access memory*) permite apenas a leitura de dados, pois é gravada pelos fabricantes, não podendo ser alterada.
- 39 Os conectores padrão do tipo RJ-45 são utilizados para conectar as placas de redes dos computadores aos cabos de redes locais.

O uso da informação por meio de infraestruturas computacionais apoiadas por redes de computadores de alta velocidade revolucionou o cenário das tecnologias da informação. A realização diária de muitas atividades depende, cada vez mais, das tecnologias da informação. Tendo essas informações como referência inicial, julgue os itens a seguir.

- 40 A computação em nuvem é uma ferramenta de compartilhamento de capacidade de processamento de memória para acesso, via Internet, a um grande volume de informações disponíveis em locais remotos, previamente mapeados e independentes de plataformas.
- 41 O protocolo SMTP (*simple mail transfer protocol*) é utilizado na configuração do serviço de uma conta de *email* para o recebimento de mensagens pela Internet, por meio do protocolo TCP-IP.
- 42 As assinaturas digitais — uma das ferramentas empregadas para aumentar a segurança em redes por meio da certificação da autenticidade do emissor e do receptor dos dados — podem ser utilizadas tanto por usuários finais de serviços de redes como por servidores de arquivos ou de aplicações.
- 43 Em virtude de a Web, ou WWW, ser uma rede naturalmente insegura, é necessário empregar mecanismos fortes de criptografia de dados e de segurança dos enlaces de rede, bem como protocolos específicos, como o HTTPS — uma implementação do HTTP com criptografia e com certificados digitais que verificam a autenticidade do cliente e do servidor.

Com relação a programas de navegação e conceitos básicos de Internet, julgue os próximos itens.

- 44 A barra de endereços de um navegador é o local em que se digita o endereço de IP do servidor que armazena a página HTML que se deseja acessar.
- 45 No Internet Explorer (IE), por meio da opção Histórico, obtém-se o registro dos acessos já realizados pelos usuários do IE durante determinado período de tempo.
- 46 O navegador deve ser instalado na máquina do usuário para que os serviços disponíveis na Internet sejam acessados remotamente.
- 47 *Cookie* é um vírus de rede que contamina os navegadores, permitindo o acesso criminoso dos *hackers* aos computadores em que os navegadores foram instalados.

No que se refere à organização e ao gerenciamento de informações, pastas e arquivos em computadores, julgue os itens seguintes.

- 48 A cópia de segurança de pastas e arquivos, também denominada *backup*, deve ser feita com determinada periodicidade, em locais seguros, distintos do local em que os dados foram salvos originalmente, a fim de permitir a recuperação dos dados salvos em caso de perdas.
- 49 A pasta Arquivos de Programas do ambiente Windows é o espaço em que são armazenados os programas instalados de fábrica, sendo esse espaço destinado exclusivamente para o armazenamento desses programas.
- 50 Por meio de opções de compartilhamento, os arquivos e pastas armazenados no *drive C* de uma máquina podem ser acessados remotamente, mesmo com o computador desligado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

No que se refere a aspectos históricos do direito constitucional, julgue o item a seguir.

51 O constitucionalismo moderno surgiu no século XVIII, trazendo novos conceitos e práticas constitucionais, como a separação de poderes, os direitos individuais e a supremacia constitucional.

Julgue os itens seguintes, acerca do poder constituinte.

52 De acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF), é possível questionar, através de mandado de segurança, proposta de emenda constitucional tendente a abolir a separação de poderes. Todavia, a legitimidade para o ajuizamento é exclusiva de parlamentar.

53 Para a doutrina constitucional majoritária, não existem limites implícitos ao poder constituinte derivado reformador. É possível, assim, adotar a teoria da dupla revisão.

Em relação aos direitos e garantias individuais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens subsequentes.

54 Quanto à inviolabilidade do domicílio prevista constitucionalmente, o STF entende que tal garantia abrange qualquer aposento ocupado de habitação coletiva e qualquer compartimento privado onde alguém exerça profissão.

55 Consoante o entendimento atual do STF, a prova consistente em gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro é ilícita, mesmo quando destinada a fazer prova em favor de quem efetuou a gravação, pois viola o direito constitucional à intimidade.

56 A jurisprudência do STF entende que o sigilo bancário é protegido constitucionalmente. Dessa forma, o acesso a dados bancários somente pode ser feito por determinação judicial ou requisição da autoridade policial.

57 De acordo com a CF, os tratados internacionais de direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, terão *status* de norma constitucional. Tais tratados podem fundamentar tanto o controle de constitucionalidade quanto o controle de convencionalidade.

Em relação às normas constitucionais relativas à segurança pública, julgue os próximos itens.

58 Os corpos de bombeiros militares e as polícias militares são forças auxiliares do Exército, não se subordinando aos governadores de estado.

59 A segurança pública é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, sendo exercida pela polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares.

60 De acordo com a CF, a polícia civil exerce as funções de polícia judiciária e apura as infrações penais, inclusive as militares.

A respeito da administração pública, julgue os itens seguintes.

61 As empresas públicas prestadoras de serviços públicos, como não objetivam atividade econômica, possuem personalidade jurídica de direito público.

62 Ocorre o fenômeno da desconcentração quando o Estado desempenha algumas de suas funções por meio de outras pessoas jurídicas.

Acerca dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

63 Não é possível, nos atos administrativos, haver a dispensa de sua motivação.

64 O fato administrativo é conceituado como a materialização da função administrativa.

65 Considere que o prefeito de um município tenha determinado a desapropriação de uma fazenda de seu adversário político, como forma de retaliação. Nesse caso, fica configurado o desvio de finalidade do ato.

Com base nos dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), julgue os itens subsequentes.

66 Apenas o Ministério Público (MP) poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação devida para apurar a prática de ato de improbidade.

67 As ações que têm por objeto a aplicação das sanções previstas para o cometimento de ato de improbidade realizado por prefeito municipal prescrevem até três anos após a ocorrência do ato de improbidade.

68 O responsável por cometer ato de improbidade sofrerá a sanção de suspensão dos direitos políticos, pena esta aplicável a todas as hipóteses de cometimento de ato de improbidade.

No tocante aos bens públicos, julgue os próximos itens.

69 Os bens públicos, seja qual for a sua destinação, são insuscetíveis de aquisição por meio de usucapião.

70 Os terrenos de marinha são exemplos de bens dominicais.

Acerca dos critérios de cominação e aplicação da pena, julgue os itens que se seguem.

71 No caso de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, a sua execução depende do trânsito em julgado da sentença condenatória, sendo vedada a execução provisória.

72 Para a fixação da pena de multa nos casos de crime de tráfico de entorpecentes, o juiz deverá obedecer aos critérios fixados na parte especial do Código Penal, que determina que o número de dias-multa será, no mínimo, de 10 e, no máximo, de 360.

73 Não existe impeditivo legal para que haja condenação consistente em prestação pecuniária substitutiva da pena privativa de liberdade cumulada com a pena de multa, determinada pelo tipo penal.

74 O acréscimo da pena em razão do crime continuado é fixado de acordo com o *iter criminis* percorrido pelo agente, porquanto na continuidade delitiva, os vários delitos que a integram são considerados como crime único.

Com relação às causas extintivas da punibilidade, julgue os itens a seguir.

- 75** O instituto da preempção não se aplica nas ações penais de iniciativa pública incondicionada ou condicionada à representação do ofendido, sendo aplicável somente às ações penais de iniciativa privada.
- 76** Excepcionando a regra constitucional da prescritibilidade, duas hipóteses em que a pretensão punitiva ou executória do Estado não são atingidas são os crimes de racismo e de tortura.
- 77** Tratando-se de sentença na qual é imposta medida de segurança ao acusado inimputável, o tempo de seu cumprimento, independentemente da cessação da periculosidade, não poderá ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente aplicada ao crime.
- 78** A multa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente como sanção às infrações administrativas, sujeita-se ao prazo prescricional de dois anos quando for a única cominada ou aplicada.
- 79** Na hipótese de concurso de crimes, a extinção da punibilidade pela prescrição incidirá sobre a pena cominada por cada crime, isoladamente.

Acerca dos crimes em espécie, julgue os itens seguintes.

- 80** Nos crimes contra a dignidade sexual, a vulnerabilidade da menor de 14 anos de idade é considerada relativa diante de seu consentimento para a prática sexual, devendo, no caso concreto, ser considerado o comportamento sexual da vítima, sua vida social e o grau de conscientização da menor.
- 81** O crime de omissão de socorro não admite tentativa, porquanto estando a omissão tipificada na lei como tal e tratando-se de crime unissubsistente, se o agente, sem justa causa, se omite, o crime já se consuma.
- 82** Considere que José, penalmente imputável, horas após ter sido injustamente provocado por João, agindo sob influência de violenta emoção, tenha desferido uma facada em João, o que resultou em sua morte. Nessa situação, impõe-se em benefício de José, o reconhecimento do homicídio privilegiado.
- 83** De acordo com o melhor entendimento jurisprudencial, para a aplicação da majorante do repouso noturno basta que a infração ocorra durante a noite, sendo irrelevante o fato de se tratar de residência habitada ou desabitada.

Com base na interpretação doutrinária majoritária e no entendimento dos tribunais superiores, julgue os itens de **84** a **90**.

- 84** O erro de tipo, se vencível, afasta o dolo e a culpa, estando diretamente ligado à tipicidade da conduta do agente.
- 85** No concurso de pessoas, o partícipe terá obrigatoriamente reduzida a pena pelo crime em relação ao autor, porquanto a participação é considerada como forma de concorrência diferente da autoria ou coautoria.
- 86** Apesar de, no campo fático, ser possível ocorrer a tentativa de contravenção penal, esta, quando se desenvolve na forma tentada, não é penalmente alcançável.
- 87** Para a materialidade do crime de tráfico ilícito de entorpecentes pressupõe-se a apreensão da droga, todavia, o mesmo não ocorre para o crime de associação para o tráfico, cuja materialidade pode advir de outros meios de prova.
- 88** Para a aplicação dos benefícios da lei dos juizados especiais no caso de crime continuado ou concurso formal de crimes, deve-se analisar a pena máxima com o aumento máximo previsto para cada uma dessas formas de concurso.

- 89** Considere que Pedro, penalmente imputável, pretendendo matar Rafael, seu desafeto, aponta em sua direção uma arma de fogo e aperta o gatilho por diversas vezes, não ocorrendo nenhum disparo em razão de defeito estrutural da arma que, de forma absoluta, impede o seu funcionamento. Nessa situação, Pedro será punido pela tentativa delituosa, porquanto agiu com manifesta vontade de matar José.
- 90** A imputabilidade, a exigibilidade de conduta diversa e a potencial consciência da ilicitude são elementos da culpabilidade.

Acerca da ação penal e do inquérito policial, julgue os itens subsequentes.

- 91** No caso de o querelado, na ação penal privada, se manifestar no sentido de perdoar um dos réus, o perdão oferecido se estenderá a todos quantos alegadamente hajam intervindo no cometimento da infração penal, independentemente de aceitação ou não.
- 92** Um indivíduo, penalmente imputável, foi preso em flagrante pela prática de homicídio. Após cinco dias do recebimento do inquérito policial pelo MP, o laudo de exame cadavérico da vítima ainda não havia sido anexado aos autos. Nessa situação, a falta do laudo cadavérico, impedirá a propositura da ação penal por parte do MP.
- 93** Em regra, os crimes contra o patrimônio são de ação penal pública incondicionada, podendo ser iniciados pela autoridade policial, de ofício, sem a manifestação de vontade do ofendido.
- 94** No curso do inquérito policial, as partes poderão indicar assistentes técnicos para a produção e elaboração da prova pericial, podendo apresentar quesitos aos peritos oficiais e elaborar laudo em sentido diverso.
- 95** Quando se tratar de crimes relativos ao tráfico de drogas, o prazo para a conclusão do inquérito policial é de 30 dias, se o indiciado estiver preso e de 90 dias, se estiver solto, podendo ser duplicados, mediante pedido justificado da autoridade de polícia judiciária.

No que concerne aos aspectos processuais das leis penais extravagantes e às inovações legais havidas no sistema processual penal, julgue os itens a seguir.

- 96** Nos procedimentos ordinário e sumário, após o interrogatório do réu em juízo, este deverá, por intermédio de seu advogado, apresentar defesa prévia, no prazo de 10 dias, ocasião em que poderão ser arguidas preliminares, teses defensivas, arrolar testemunhas e oferecer documentos.
- 97** Nos crimes ambientais, é viável e possível a prorrogação do prazo de suspensão condicional do processo, por mais um ano além do máximo previsto, que é de quatro anos, dependendo a declaração de extinção da punibilidade de laudo que comprove ter o acusado adotado todas as providências inerentes à reparação integral do dano.
- 98** O comércio ilegal de drogas envolvendo mais de um estado faz surgir o tráfico interestadual de entorpecentes, deslocando-se a competência para apuração e atuação da Polícia Federal, todavia, a competência para processar e julgar o criminoso continua a ser da justiça estadual.
- 99** A prisão temporária para os crimes hediondos e equiparados, em função da gravidade objetiva dessas infrações penais, é de 30 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- 100** Verificando que o réu, maliciosamente, está se ocultando para se escusar da citação, poderá o oficial de justiça proceder à citação por hora certa, observando as mesmas regras estabelecidas no Código de Processo Civil.

Com base no que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e Direito Civil, julgue os itens subsecutivos.

- 101** A personalidade civil começa com o nascimento com vida, mas os direitos do nascituro estão sujeitos a uma condição resolutiva, ou seja, são direitos eventuais; esse conceito refere-se à teoria da personalidade condicional.
- 102** A LINDB é considerada uma *lex legum*, ou seja, uma norma de sobredireito.
- 103** Duas são as hipóteses em que cabe o efeito repristinatório: quando houver previsão expressa na norma jurídica ou quando decorrer de declaração de inconstitucionalidade da lei.
- 104** A teoria da territorialidade temperada foi adotada pelo direito brasileiro.

Com relação às pessoas naturais, às pessoas jurídicas e aos bens, julgue os itens a seguir.

- 105** Os direitos da personalidade são inatos, ilimitados e absolutos, com eficácia *erga omnes*, porém, seu exercício pode sofrer restrições.
- 106** Na teoria da realidade orgânica, a pessoa jurídica tem identidade organizacional própria, identidade essa que deve ser preservada. Essa teoria foi adotada pelo Código Civil brasileiro.
- 107** O princípio da gravitação jurídica é o princípio norteador dos bens reciprocamente considerados.
- 108** Pode-se classificar as uvas colhidas na época da safra da uva vermelha como frutos percipiendos e aquelas que ainda estão na videira, como frutos pendentes.
- 109** Uma garrafa de vinho de 1.830 da reserva especial, clausulada com inalienabilidade por testamento é um bem classificado como consumível fático e, ao mesmo tempo, como bem inconsumível do ponto de vista jurídico.
- 110** Na emancipação legal pelo matrimônio, a doutrina é pacífica em afirmar que sendo considerado nulo o casamento retorna-se à situação de incapaz, já que o ato foi considerado nulo, e portanto, não produz efeitos, diferente o que ocorre no caso de divórcio ou viuvez.

Com relação à Constituição do Estado de Alagoas, ao Estatuto da Polícia Civil do Estado de Alagoas e ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais, julgue os itens de **111** a **114**.

- 111** O mandato do vereador será de quatro anos. Ele deve ter, no mínimo, vinte e um anos de idade e estar no exercício dos direitos políticos.

- 112** A ajuda de custo, quando devida a servidor removido, é calculada pela média das três últimas remunerações e não pode ultrapassar o valor equivalente à remuneração mensal do servidor.

- 113** A Polícia Civil fundamenta-se na hierarquia e na disciplina. Na precedência hierárquica tem preferência o maior tempo de serviço policial na classe sobre o mais idoso.

- 114** Na hipótese de falecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo disciplinar, desde que o faça de forma fundamentada.

Com relação ao Pacto de São José da Costa Rica, julgue o item abaixo.

- 115** Toda pessoa tem deveres para com a sua família, a sua comunidade e a humanidade, sendo que o direito individual é limitado pelo direito dos demais, pela segurança de todos e pelas exigências do bem comum, em uma sociedade democrática.

Em relação à perícia médico-legal, julgue os itens que se seguem.

- 116** Conceitua-se lesão como a atuação de uma energia externa (física, mecânica ou química) sobre o corpo da pessoa, com intensidade suficiente para provocar desvio da normalidade, com ou sem expressão morfológica; trauma corresponde à alteração estrutural proveniente da agressão ao organismo, podendo ser visível macro ou microscopicamente.

- 117** Não existe a possibilidade de ocorrência de estupro em pessoa do sexo feminino com hímen íntegro, isto é, virgem.

- 118** Para a aplicação do critério bio-psicológico da imputabilidade, conceito expresso no Código Penal brasileiro, é necessário a avaliação da existência de um transtorno mental, da capacidade de entendimento do caráter ilícito do fato e da capacidade de autodeterminação pelo autor e, ainda, do nexo de causalidade entre o distúrbio mental ou psicológico e o ato praticado.

- 119** O exame dos vestígios não desvanecentes, visando à inserção probatória nos inquéritos e processos penais, deve ser feito após a autoridade policial tomar conhecimento da prática da infração penal. Nessa ocasião, a autoridade se vale do Código de Processo Penal, e, se for o caso, deve determinar o exame de corpo de delito ou quaisquer outras perícias. Portanto, as provas periciais são inseridas nos autos através dos laudos.

- 120** A lesão corporal seguida de morte não se confunde com o homicídio culposo, pois, na primeira situação, chamada de homicídio preterdoloso, ocorre o dolo. Nesse caso, o autor tem a intenção de provocar a lesão corporal, mas não a morte da vítima.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo correspondente.
- Ao domínio do conteúdo de cada questão serão atribuídos até **10,00 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

QUESTÃO 1

Considere as situações hipotéticas a seguir.

Maria, penalmente imputável, ao sair de uma festa, recolheu junto à mesa em que sentava uma bolsa com características e cores semelhantes à sua, imaginando tratar-se de objeto próprio.

José, penalmente imputável, quer matar João, seu desafeto, todavia, ao apontar-lhe uma arma de fogo, erra acidentalmente o disparo, vindo a atingir o seu próprio pai, que estava ao lado de João. O pai de José falece e João nada sofre.

Com base nas situações apresentadas, redija um texto dissertativo, abordando, necessariamente os aspectos a seguir.

- ▶ Conceituação dos erros incorridos por Maria e José; [valor: 3,00 pontos]
- ▶ Consequências penais para cada uma das situações; [valor: 3,50 pontos]
- ▶ Previsão legal para cada uma das situações aventadas. [valor: 3,00 pontos]

RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 2

Discorra, fundamentadamente, sobre o instituto da acareação. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ conceito e discussões sobre a natureza jurídica; [valor: 3,00 pontos]
- ▶ os acareados; [valor: 1,00 ponto]
- ▶ pressupostos; [valor: 3,00 pontos]
- ▶ procedimento. [valor: 2,50 pontos]

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 3

A constitucionalização traz importantes consequências para a legitimação da atuação estatal na formulação e na execução de políticas de segurança. As leis sobre segurança, nos três planos federativos de governo, devem estar em conformidade com a Constituição Federal, assim como as respectivas estruturas administrativas e as próprias ações concretas das autoridades policiais.

Cláudio Pereira de Souza. **A segurança pública na Constituição de 1988**: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas. In: Constitucionalismo democrático e governo das razões. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2011, p. 274-275 (com adaptações).

Considerando o texto acima, discorra sobre o seguinte tema.

CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO: CONSEQUÊNCIAS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ significado do termo constitucionalização do direito; [valor: 3,00 pontos]
- ▶ função da segurança pública na Constituição de 1988; [valor: 3,00 pontos]
- ▶ direito de defesa e acesso aos autos de inquérito policial: entendimento do STF. [valor: 3,50 pontos]

RASCUNHO – QUESTÃO 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	